

Uma literatura verdadeiramente feminina: Ana de Castro Osório e a germinação do pensamento feminista em Portugal no século XIX

Jorge Vicente Valentim¹

Resumo: O presente ensaio tem como objetivo refletir sobre a atuação intelectual da escritora Ana de Castro Osório (1872-1935) na disseminação de uma literatura feminina em Portugal, já partir das décadas finais do século XIX e das iniciais do século XX, levando em consideração não apenas a sua produção dramática e literária para a infância, mas, sobretudo, as suas intervenções públicas em forma de palestras e conferências. Em consonância com os aspectos das cenas feministas no contexto crepuscular do Oitocentos, conforme apontados por Genevieve Fraisse e Michelle Perrot (1994) e Anne-Marie Käpelli (1994), objetivamos demonstrar como a escritora portuguesa produziu textos em consonância com muitos destes elementos ideológicos e artísticos, contribuindo ela também para a consolidação de uma literatura verdadeiramente feminina, como a própria Ana de Castro Osório se referia. Em nossa perspectiva, resultados positivos neste caminho de leitura ficam perceptíveis em dois textos seus, escritos originalmente como palestras e aqui utilizados como *corpus* de análise.

Palavras-chave: Literatura feminina. Cenas feministas. Oitocentos. Ana de Castro Osório.

Este texto é para Simone Schmidt, Diva inquestionável e provocadora, que me deu de presente a interrogação sem resposta, na esperança de que esta nascesse de meu próprio desassossego.

Introdução

A imagem de um século XIX sombrio e triste, austero e opressivo para as mulheres, é uma representação espontânea. É certo que esse século repensou a vida das mulheres como o desenrolar de uma história pessoal submetida a uma codificação coletiva precisa e socialmente elaborada. Seria, porém, errado pensar que essa época é apenas o tempo de uma longa dominação, de uma absoluta submissão das mulheres. De facto, esse século assinala o nascimento do feminismo, palavra emblemática que tanto designa importantes mudanças estruturais (trabalho assalariado, autonomia do indivíduo civil, direito à instrução) como o aparecimento coletivo das mulheres na cena política. Por isso, seria preferível dizer que esse século é o momento histórico em que a vida das mulheres se altera, ou mais exactamente o momento em que a perspectiva de vida das mulheres se altera: tempo da modernidade em que se torna possível uma posição de

¹ Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Associado de Literaturas de Língua Portuguesa (Literatura Portuguesa e Literaturas Africanas de Língua Portuguesa) e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), além de atuar como Colaborador no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Araraquara), SP, Brasil. E-mail: jvvalentim@gmail.com.

sujeito, indivíduo de corpo inteiro e atriz política, futura cidadã. Apesar da extrema codificação da vida cotidiana feminina, o campo das possibilidades alarga-se e a aventura não está longe (Geneviève Fraisse; Michelle Perrot, 1994, p.24).

Falar do Século XIX, daquela época plena de consolidação da modernidade, como bem atesta Walter Benjamin (1989), sem mencionar a presença marcante das mulheres e das séries de modificações gradativamente operadas no seu modo de ser e estar no mundo pode se constituir num gesto de excessiva e equivocada confiança masculinista e num erro grosseiro de apagamento e silenciamento de uma de suas principais personagens.

A epígrafe de Geneviève Fraisse e Michelle Perrot (1994) aponta exatamente para esta emergência em reconhecer o contexto epocal oitocentista como aquele em que, efetivamente, as mulheres foram colocadas num patamar de protagonismo social e político, apesar de toda uma ãcodificação da vida cotidiana femininaö (FRAISSE e PERROT, 1994, p. 9).

Se, por um lado, esta codificação acabou gerando uma mudança nos cenários de atuação dos agentes femininos, como bem sublinha Walter Benjamin, posto que ão século XIX começou a empregar a mulher, sem reservas, no processo produtivo, fora do âmbito domésticoö (1989, p. 91), por outro, tal tentativa de regulamentação desencadeou uma reação contrária por parte das mulheres, culminando na consolidação da primeira onda feminista com ramificações por diversos cenários europeus, na segunda metade do século XIX, quando estas se sentiram encorajadas a entrar na arena política e a ãdesafiar os centros masculinos de poderö (WALKOWITZ, 1994, p. 414).

Por isso, num conjunto de textos publicados em forma de *dossier*, que objetiva pensar as diversas manifestações culturais e artísticas oitocentistas, um espaço dedicado a tal temática se justifica na medida em que mulheres escritoras são trazidas à cena para uma reflexão mais ampla sobre as dimensões que tal eixo epocal pode oferecer aos estudos literários. Antes, porém, de focalizar o objeto de minhas indagações, cabe-me, aqui, apresentar alguns apontamentos iniciais.

Em maio deste ano, em uma mesa redonda sobre as vanguardas homoeróticas femininas, por causa das efemérides em torno do centenário da revista *Portugal Futurista* (1917-2017), propus uma leitura da novela *Sedução* (1937), de José Marmelo e Silva, destacando o caráter rasurante de sua protagonista e das relações sáficas por ela estabelecidas

com as suas seguidoras. Ao retomar o pensamento crítico de Arnaldo Saraiva sobre esta obra, fui interrogado por Simone Schimidt sobre a validade de sua afirmação. Eis o trecho:

Maria Noémia, noiva, é sexualmente repelida não em nome do sexo, muito menos por razões intelectuais e espirituais (õdelicada, inocente, bondosa...ö), mas apenas em nome do dinheiro. Isto quando teria uns 16 ou 17 anos (porque tem uns 34 no momento em que õé escritaõ a novela, quando já começou a guerra civil de Espanha). Natural é que, afectivamente frustrada, se revolte não só contra a causa imediata dessa frustração, um homem, mas também contra o género a que ele pertence (õabaixo os homensõ ó gritou ela e com ela gritaram as seduzidas, muito antes dos movimentos de emancipação da mulher) (SARAIVA, 1972, p. 28-29).

Ora, toda a discussão, como bem se percebe, gira em torno da afirmativa extremamente questionável do crítico português, posto que oblitera, na sua generalidade, toda uma produção significativa, assente nas décadas iniciais do século XX. Vale destacar, neste sentido, o importante e incontornável estudo de Manuela Tavares (2011) sobre os feminismos em Portugal e a sua abordagem incisiva sobre os principais movimentos que fomentaram o surgimento e a consolidação destas correntes no contexto lusitano.

Ainda que, como destaca a investigadora portuguesa, os trabalhos e as pesquisas sobre os feminismos, bem como toda a atenção da crítica literária para estes movimentos catapultados já nos anos iniciais do novecentos, incidam sobre uma agenda em comum e bem direcionada, qual seja, o õdireito à educação, ao trabalho, à participação política através da luta pelo direito ao voto e, ainda, nas alterações legislativas sobre o divórcio, o casamento e a filiaçãoõ (TAVARES, 2011, p. 49), não se pode simplesmente esquecer que boa parte destas reivindicações, conforme explica Manuela Tavares (2011), já aparecem circunscritas em alguns gestos literários nos primeiros anos do século XX.

Basta lembrar, por exemplo, as contribuições significativas em meios jornalísticos e editoriais, respectivamente, das escritoras Florbela Espanca, no *Portugal Feminino* (1929-1930), e Judith Teixeira, na revista *Europa* (1925)²; a atuação no campo pedagógico de Alice Pestana (1860-1929), com sua pontual análise sobre a história da Educação em Portugal (*La Educación em Portugal*, 1915); ou, ainda, na esteira do pensamento de Jorge de Sena, num ensaio de 1975 (õEscritoras na Literatura Portuguesa do Século XXõ), ao destacar as atuações marcantes, dentre vários nomes femininos, de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, no âmbito

² Sobre as participações destas escritoras nos citados meios de divulgação escrita, consultem-se os ensaios de Maria Lúcia Dal Farra (2002) e Clara Rocha (1985).

acadêmico-universitário de Coimbra, e de Irene Lisboa como uma ócrítica implacável da sociedade e da condição das mulheres nos seus poemas e prosas brevesö (SENA, 1988, p. 151). O reconhecido autor de *O dogma da trindade poética* chega mesmo a concluir que Florbela e Irene Lisboa constituem exemplos paradigmáticos e õsímbolos de antecipação da -novaømulherø portuguesa (SENA, 1988, p. 151).

Se estes nomes surgem na alvorada novecentista, não podemos nos esquecer daquelas que, já no século anterior, despontavam como vozes reivindicadoras de uma visibilidade, em virtude de a tonalidade canônica do historicismo português não estar disposta a ceder seus espaços de domínio e expansão. Neste sentido, os pontuais ensaios de Irene Vaquinhas (2011), sobre as mulheres que ousaram desafiar os códigos patristas na sociedade lusa do século XIX, e Teresa Salvador (2009), sobre os periódicos femininos portugueses, sugerem alguns caminhos possíveis de leitura desta produção, ainda em silêncio, de mulheres escritoras no cenário oitocentista.

Diante do exposto até aqui, realmente, é possível questionar a assertiva de Arnaldo Saraiva, na medida em que, a par do reconhecido destaque que dá à personagem vanguardista de José Marmelo e Silva, já em 1937, quando este publica *Sedução*, em Portugal, encontram-se demarcadas muitas das reivindicações dos movimentos de emancipação da mulher nos planos políticos e culturais, quanto nos educacionais e literários.

Daí a minha interrogação, seguindo de perto aquela provocação feita por Simone Schimidt, se não será possível perceber algumas dessas sementes germinais na produção da escritora Ana de Castro Osório, autora de obras que incluem literatura infanto-juvenil, dramaturgia, romances, contos, palestras e textos de teor didático-pedagógico, em Portugal e no Brasil, numa atuação disseminante de ideias que, já para sua época, poderiam ser consideradas para além de seu tempo.

Uma das dificuldades maiores em lidar com os textos de Ana de Castro Osorio, contidos na coletânea *A Grande Aliança* (õO novo idealismo da raça na moderna literatura portuguesaø e õA Mulher de Portugal e do Brasilø) reside na ausência de informações mais precisas sobre a apresentação destas palestras e a sua eventual publicação. Apesar de toda a explicação dada por Fernando Vale, organizador e prefaciador da edição de 1997, sob a chancela do Instituto Piaget, em sublinhar que a autora, õno inesquecível ano de 1922, foi celebrar, com os nossos patrícios e o povo brasileiro, o I Centenário da Independência do

Brasil, o maior país da América do Sul e um dos maiores do mundo e, em seguida, um ano depois, publicou um livro com o elucidativo título *A Grande Aliança*, reproduzindo, deste modo, as conferências que fizera em diversas cidades brasileiras (VALE, 1997, p. 9), todas estas linhas informativas não chegam a explicar as razões pelas quais, na edição digitalizada no banco da Biblioteca Nacional de Portugal, a data de referência é a de 1890!

Claro está que o Ultimatum gerou uma série de pensamentos críticos dos intelectuais portugueses da época (incluindo a própria Ana de Castro Osório que publica, em 1892, uma obra sintomaticamente intitulada *Infelizes ó histórias vividas*), e que o período de formação da escritora coincide exatamente com o contexto finissecular oitocentista, o mesmo não se poderá afirmar das datas exatas de impressão dos seus títulos. Basta comparar, por exemplo, dois dos principais bancos de dados de obras raras (o da BN de Portugal e o do Real Gabinete Português de Leitura) e perceber que ambos não veiculam em concordância a faixa temporal de *A Grande Aliança*.

Por isso, vou partir do princípio que, realmente, os dois textos de Ana Castro Osório que aqui me interessam tenham sido escritos e publicados naquela ocasião das efemérides do centenário da Independência do Brasil, valendo-me, inclusive, de uma afirmação da própria autora em *A Mulher de Portugal e do Brasil*. Em certo momento, quando procura defender a figura de D. Teresa, como a primeira mulher lusitana a despontar no cenário histórico do país e os seus ecos no estabelecimento de fronteiras entre Portugal e a Galiza, Ana de Castro Osório declara: «E, no entanto, hoje, a oito séculos de distância, [...]» (OSÓRIO, 1997, p. 40). Ou seja, se levarmos em conta que a figura tutelar do seu discurso viveu entre, aproximadamente, 1080-1130 e foi Condessa de Portugal entre 1112-1128, parece-me lícito afirmar que os oito séculos de distância referidos acima a colocam exatamente nas décadas iniciais do século XX.

Isto, no entanto, não invalida a nossa proposta de ler a autora em foco como uma das muitas esquecidas do século XIX, na medida em que toda a construção do seu caráter artístico e o início de sua produção literária aparecem nos momentos crepusculares do Oitocentos português, e os dois textos aqui escolhidos para minha leitura deixam lastros visíveis de uma forte incidência com as principais linhas estéticas e ideológicas deste contexto epocal.

Um outro e breve olhar sobre a história literária portuguesa

Ao sublinhar a atualidade dos novos caminhos da historiografia, que perscruta uma rota diferenciada na inclusão da mulher, enquanto agente importante na construção dos campos da política e da ideologia, Joan Scott é afirmativa ao problematizar a tese de que, mesmo a maior parte da história das mulheres [tendo] buscado de alguma forma incluir as mulheres como objetos de estudo, sujeitos da história (SCOTT, 1992, p. 77), não se pode deixar de lado as questões das diferenças que se impõem, quando o ponto de vista universal não dá conta de abarcar as próprias diversidades existentes entre as suas categorias, envolvendo não apenas a questão de gênero, mas também as de raça e posição social. Por isso, a sua conclusão torna-se categórica, posto que

[...] reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como verdadeiros, ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado. E isso é lutar contra padrões consolidados por comparações nunca estabelecidas, por pontos de vista jamais expressos como tais (SCOTT, 1994, p. 77-78).

Ou seja, projetar uma outra dicção na produção do dado histórico significa, necessariamente, reconhecer a relevância autoral dos e nos dispositivos discursivos e toda a carga semântica de visibilidade e presença que tanto os atores criadores quanto as criaturas criadas tem no seu respectivo contexto. Daí a lembrança mais que justa da historiadora norte-americana do ensaio de Virginia Woolf (A room of one's own, 1929), ao referendar a emergência não só da história das mulheres, mas também das vozes recuperadas nas instâncias textuais que sobre elas se fazem.

Retomo, aqui, também o conhecido ensaio da autora de *Orlando*, exatamente, para sublinhar este aspecto destacado no ensaio *História das Mulheres*, de Joan Scott (1992). A possibilidade de olhar para um determinado objeto e dele extrair novas tonalidades, novos contornos e diferentes perspectivas e subjetividades encontra-se já no ensaio *Um teto todo seu*, quando Virginia Woolf chama a atenção para um aspecto, até então, considerado corriqueiro dentro das tradições britânicas: o ato dos homens escritores de almoçar e mal se lembrar do que foi exposto no cardápio. Segundo ela, os pratos e os alimentos estão ali dispostos, sobretudo, quando toda esta iguaria é recuperada pelo olhar dos ficcionistas. No entanto, a autora chama a atenção para um detalhe curioso:

É curioso que os romancistas nos façam acreditar que os almoços são invariavelmente memoráveis por algum dito espirituoso ou algum feito muito sábio. Mas eles mal dizem uma palavra sobre o que se comeu. Faz parte de seu costume não mencionar sopa e salmão e pato, como se a sopa e o salmão e o pato não tivessem importância, como se ninguém fumasse um charuto ou tomasse uma taça de vinho. Aqui, contudo, tomarei a liberdade de desafiar esse costume e contar a vocês que o almoço naquela ocasião iniciou-se com linguado ó afundado em uma travessa ó, sobre o qual o cozinheiro da universidade espalhou uma camada de um creme muito branco, a não ser pelas manchas marrons que o maculavam aqui e ali como as pintas nos flancos de uma corça (WOOLF, 2014, p. 21).

Ou seja, os itens servidos podem ser até numerados pelas lentes masculinas dos ficcionistas como algo digno de um manjar dos deuses, no entanto, a descrição feita jamais chega a despertar qualquer tipo de curiosidade sobre as qualidades culinárias dos produtos. Por isso, os gestos de desafiar o costume (WOOLF, 2014, p. 21) e, em seguida, contar em detalhes todos os componentes do almoço com seus temperos e ingredientes, longe de se constituírem em atos ingênuos de alguém que só se interessa pelo imediato, podem ser entendidos como exercícios de uma resistência feminina, de uma rasura a um forte código comportamental masculinista, na medida em que compartilha a mesma visão, mas oferece uma perspectiva muito mais detalhada, diferenciada nos seus aspectos formadores e, talvez o mais importante, diversificada na maneira como conduz o olhar e como produz os resultados finais de sua atenta observação.

Em outras palavras, se os ficcionistas não são capazes de dizer em detalhes o que ingeriram, o mesmo não se poderá dizer da narradora feminina de Woolf, pronta a captar, entender e representar sob uma outra perspectiva, tão eficaz, produtiva e subjetivamente rica e criadora. Os objetos observados e ingeridos são os mesmos, porém, a maneira de sentir, registrar e discorrer sobre os paladares não podem ser, obviamente, idênticos.

Ora, tal gesto tão corriqueiro pode servir como uma excelente metáfora no início de leitura da produção da escritora portuguesa Ana de Castro Osório, na medida em que, na sua palestra (O novo idealismo da raça através da moderna literatura portuguesa), optando por uma postura igualmente desafiadora de costumes arraigados na tradição do seu país, procura ela também refletir sobre uma matéria, até então de exclusividade da autoria masculina: a trajetória histórica da literatura portuguesa.

Se observarmos com atenção, o final do Oitocentos e o início do Novecentos português deixam de herança alguns dos principais títulos neste campo de saber: *História da Poesia Moderna em Portugal* (1869), *História do Teatro Português* (1870-1871), *Manual da História da Literatura Portuguesa* (1875), *História do Romantismo em Portugal* (1880) e *História da Literatura Portuguesa* (1909-1918), projetos todos assinados por Teófilo Braga (1843-1924), reconhecido autor e intelectual da chamada Geração de 70.

Não será de todo, portanto, incoerente pensar que, na formação educacional e literária de Ana de Castro Osório, em algum momento, o contato direto com tais títulos tenha acontecido e forjado toda a sua gama de conhecimento, para além das correspondências e das leituras por ela operadas. Escrever a e sobre a história não deixava de ser um exercício exclusivo da pena masculina, ficando a mulher, via de regra, excluída de tal atividade, cabendo-lhe, quase sempre, as amenidades domésticas.

Segundo Irene Vaquinhas (2011), já no final do século XIX em Portugal, apesar de algumas situações impulsionarem a maneira de se repensar o papel da mulher na sociedade e a tentativa de distanciamento do atraso do país em relação aos seus vizinhos europeus, por exemplo, alguns tópicos existenciais não deixam de desaparecer, como, por exemplo, as suas funções tradicionais como esposa e mãe tendem a ser valorizadas, considerando-se que estas são um veículo de progresso e de difusão de novas mentalidades (VAQUINHAS, 2011, p. 168). Ou seja, se existe, por um lado, uma linha de pensamento que tenta valorizar o desempenho feminino em vários campos de atuação, por outro, não se poderá negar que mesmo estas iniciativas esbarram em condicionalismos operantes.

Neste sentido, gosto de pensar que o texto de Ana de Castro Osório (O novo idealismo da raça através da moderna literatura portuguesa) pode ser lido numa chave em que, ainda que a mulher ali não se constitua exatamente o seu objeto de atenção e análise (neste título ela sequer menciona qualquer escritora!), a autoria e a perspectiva femininas, na esteira da metáfora de Virginia Woolf, podem oferecer ao leitor uma outra degustação de um outro prato, com temperos diferentes e variados.

Ora, ao falar de idealismo da raça (OSORIO, 1997, p. 113), não deixa a autora portuguesa de referendar a mais humana e comunicativa expressão das aspirações da raça e a mais firme indicação da sua vida nacional (OSORIO, 1997, p. 113). Ou seja, no viés de uma ligação inquebrantável entre criação literária e pensamento nacional/nacionalista, Ana de

Castro Osório compreende a produção artística do seu país sob o signo de uma vocação messiânica e expansionista, na contramão, aliás, de toda uma linha pessimista pós-*Ultimatum*: o movimento profundo da alma nacional desenrola-se nitidamente na sua literatura, dando-nos a compreensão da sua vida histórica e social, e exprimindo flagrantemente os seus períodos de elevação e de queda moral (OSORIO, 1997, p. 113).

Talvez, por isso, especificamente neste texto, tenha a autora excluído a presença de mulheres escritoras, não porque nestas tal aspecto fundador não pudesse ser encontrado, mas porque para justificar tais valores, tenha optado por destacar a presença de autores, mas recuperados por uma outra espécie de olhar: o feminino. Sensível na sua percepção, Ana de Castro Osório, tal qual uma Penélope historicista, propõe também a sua maneira de ver a trajetória literária do seu país, sobretudo, para aqueles que pouco a conhecem: «Não é nossa intenção fazer um curso de literatura, mas tão somente mostrar, através da alma e da obra dos poetas, as modernas tendências e aspirações idealistas da sociedade portuguesa, mal conhecidas momentaneamente no Brasil» (OSORIO, 1997, p. 114).

Não é seu projeto, portanto, com este texto encetar toda uma extensa galeria de nomes e obras, num apanhado descritivo. Como se depreende de sua declaração, seu objetivo consiste em perceber os aspectos distintivos e identitários do sujeito português, através de uma breve amostragem de obras e autores significativos da literatura portuguesa. Assim, inicia com João de Deus (1830-1896) e a Escola de Coimbra e conclui com Afonso Lopes Vieira (1878-1946), passando por Antero de Quental, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, Eça de Queiroz, Fialho de Almeida, Guerra Junqueiro, Gomes Leal, António Nobre, Alberto Osório de Castro, Wenceslau de Moraes, Camilo Pessanha, Eugénio de Castro, Teixeira de Pascoaes, Cesário Verde, Paulino de Oliveira, João de Castro e Antonio Sardinha. Pelos nomes inclusos no seu elenco, percebe-se um conhecimento exato e pontual da principal produção literária do seu tempo, além de dar visível destaque aos poetas, ainda que, na listagem diacrônica por ela estabelecida, alguns ficcionistas ali se encontrem. No entanto, como se poderá perceber, com tal gesto enfático, Ana de Castro Osório parece não fugir do desafio de sugerir e de ratificar a imagem de Portugal como uma terra de poetas.

Tanto assim transparece que, ao criticar o viés prosaico de Oliveira Martins, mesmo exaltando-lhe as qualidades, não concorda com o espírito imediato que a dirige (OSORIO, 1997, p. 120). Por outro lado, reconhece em Eça e em Fialho duas grandes forças renovadoras

da ficção portuguesa. No entanto, naquele movimento pendular de ã[...] compreensão da sua vida histórica e social, e exprimindo flagrantemente os seus períodos de elevação e de queda moralö (OSORIO, 1997, p. 113), é na obra poética de Guerra Junqueiro que Ana de Castro Osório deixa de lado alguns comentários impressionistas e coloca-se numa leitura atenta dos versos de *Finis Patriae*:

Mas se o *Finis Patriae* é o grito da decadência momentânea de um povo, que pelo desproporcionado esforço da grandeza perde a noção das coisas, já nas primeiras páginas da *Patria* nos aparece engrandecido na sua imensa agonia. Na extraordinária concepção deste poema encontramos a compreensão ideológica e perfeita da alma lusitana, consciente da sua decadência, mas encaminhando-se para o ressurgimento que se manifesta na própria violência com que se exprime a injusta desgraça e sente a hora libertadora que se aproxima (OSORIO, 1997, p. 123).

A concepção da ensaísta portuguesa não deixa de evidenciar aquele movimento oscilante de queda e ascensão, característico do próprio projeto identitário português. Talvez, por isso, a sua atenção mais acurada dirija-se aos versos junqueirianos, no sentido de que eles acabam por referendar a máxima de um contraste inevitável que somente os poetas teriam a sensibilidade de encarar: ãTodo o português sente, no fim do seu muito lidar, a desproporção enorme do seu sonho com a realidade que consegue dominarö (OSORIO, 1997, p. 128).

Mesmo sugerindo uma preferência pelos projetos de redenção da raça portuguesa, após seus momentos de queda moral e política, Ana de Castro Osório não deixa de destacar a vitalidade de certos escritores e seus projetos críticos de escrever um Portugal rasurante e rasurado nos seus falhados planos expansionistas. No entanto, ainda defendendo aquele movimento pendular entre o declive e a elevação, a autora consegue analisar as perspectivas críticas contidas nas linhas poéticas e prosaicas dos escritores realistas sob um viés de regeneração e de idealização da raça portuguesa, eixo central e fio condutor de suas considerações:

Mas, para seguir na lógica do nosso raciocínio temos ainda de voltar à geração anterior a esta, àquela a que pertenceu Cesário Verde, o intérprete mais completo duma nova poesia objectiva, que fica bem classificada a par da prosa de Fialho, numa ligação espiritual do momento que os inspirou. Esta poesia, dum sentimento forte e arejado, dá-nos pequenas maravilhas de fragrância realista, com um sabor a terra e à vegetação que se ligam a uma grande ternura pelo povo humilde que a revolve com os seus braços e a ama com o seu coração primitivo (OSORIO, 1997, p. 132).

Ora, mesmo destacando vozes críticas contundentes, como são os casos de um Fialho e de um Cesário Verde, por exemplo, a autora não abandona o seu projeto de ler, na trajetória histórica da poesia portuguesa, exatamente estes momentos de oscilação da própria afirmação identitária portuguesa. Se, com a ênfase de tais õflagrâncias realistasõ, Ana de Castro Osório opta por ratificar os valores positivos na medida em que, mesmo não desconhecendo as ligações contextuais e epocais entre os dois escritores, sua perspectiva enaltece os poetas que olharam para a terra e dela retiraram uma espécie de paixão telúrica, sua conclusão mais óbvia resulta no destacar o reverdecimento dum õbucolismo natural e humanoõ (OSORIO, 1997, p. 133).

Somente com esta ligação inextrincável entre homem e terra, o português poderia desenvolver na poesia o lado idealista da raça. Não poderia ser, por isso, outra conclusão a não ser o da autora se debruçar sobre õa poesia patriótica, dum renovo exterior e duma fé messiânica que naturalmente nos conduzem para a grande fé nacionalista da raçaõ (OSORIO, 1997, p. 134), tal como lê a produção de um Afonso Lopes Vieira; ou, ainda, sobre aquele õclarão de grandeza épica no enfunar das estrofes que vão como velas das naus a navegar no sonho e na ambição heroica da raçaõ (OSORIO, 1997, p. 136), na sua reflexão sobre õAs naus da Índiaõ; e, por fim, sobre õOde a D. Sebastiãoõ, de João de Castro, texto que considera õcomo um desafio ao espírito mesquinho da política portuguesa, como um grito de revolta e de sacrifício contra os baixos idealismos e os interesses grosseiros que momentaneamente dominam o mundoõ (OSORIO, 1997, p. 138).

Não me parece gratuito, neste projeto de defesa de um idealismo da raça, que Ana de Castro Osório encerre sua linha de reflexão com a imagem coletiva do imperador português, caído no campo de batalha, envolto numa bruma mística de messianismo e ressurreição. No lugar de ceder a um pessimismo derrotista, mesmo diante do cenário político desgastante a que Portugal se viu submetido, em virtude do *Ultimatum* de 1890, parece a autora rejeitar qualquer possibilidade de subalternidade lusitana, na medida em que a ideia de uma recuperação mística e nacionalista constitui um exercício inequívoco do homem português. E tal tese de uma possível regeneração idealista da raça encontra suas sementes no próprio exercício criador dos escritores: õEm Portugal até os poetas decadentes são influenciados pelo movimento e ligação ao passado que se impõe instintivamente a todas as grandes sensibilidadesõ (OSORIO, 1997, p. 130).

Neste viés de leitura, fico a me interrogar se tal assertiva não poderá ser válida enquanto espécie de metáfora autorreferencial da escritora portuguesa, na medida em que não somente poetas finisseculares, como um Camilo Pessanha e um Eugénio de Castro, por exemplo, tocados por uma tonalidade decadente, podem vislumbrar um òrenovo idealista da raçaõ (OSORIO, 1997, p. 131) e destilar um òreligiosismo metafísico, a força impositiva do ideal sonhadoõ (OSORIO, 1997, p. 131), mas também, e sobretudo, ela própria, enquanto produtora de um texto reflexivo sobre a natureza e o espírito da raça portuguesa, num contexto político-cultural de passagem entre os séculos XIX e XX, seria capaz de recuperar com um vigor renovado a perspectiva utópica de òcrença nacionalõ (OSORIO, 1997, p. 139), sintetizada na imagem de D. Sebastião. Segundo ela,

D. Sebastião é o nosso Rei Artur e a espiritualização dessa figura simbólica de chefe, vivendo e morrendo no sonho dum império imenso para a Pátria, é a criação do povo que o compreendeu na sua própria grandeza máxima, como na sua morte em trágica beleza.

O messianismo literário, que se desdobra e impõe num messianismo político que faz a força da ideia nacionalista, tomou em Portugal a sua expressão num sebastianismo purificado e grande, que é o sentimento do mundo lusíada, manifestando-se exuberantemente em toda a mocidade que já é um valor na sociedade portuguesa.

Eis em largos traços a evolução da ideia nacionalista através da moderna literatura portuguesa, impondo-se naturalmente, até chegar à concentração de força política que é hoje (OSORIO, 1997, p. 140).

Na verdade, na sua concepção, não haveria como separar o sentimento nacionalista dos projetos de criação literária. Aquele, aliás, se alargaria e tomaria proporções maiores nas efabulações criadas pelos escritores portugueses com uma força política mais intensa e mais concentrada na medida em que se aproxima do seu contexto epocal. Neste sentido, não seria, aqui, uma forma muito perspicaz dela própria se colocar inserida neste contexto de imposição natural daquele ideal de raça? Afinal, ela também não poderia estar incluída neste projeto de òlargos traçosõ, não enquanto figura responsável pela criação de ficção e de textos para a infância, mas como autora de uma outra história da literatura portuguesa, menos pretenciosa, porque mais breve, e menos conservadora, porque de autoria feminina?

Como bem nos ensina Michelle Perrot,

O relato histórico é olhar, escritura, artefato, não artifício, certamente, mas escolha intimamente ligada ao presente do escritor. O esquecimento de que as mulheres tem sido objeto não é uma simples perda de memória acidental e

contingente, mas o resultado de uma exclusão consecutiva à própria definição de História, gesto público dos poderes, dos eventos e das guerras (PERROT, 2009, p. 112).

Daí a minha sugestão de leitura em compreender este gesto proposital de Ana de Castro Osório em omitir certas figuras femininas do seu percurso histórico da literatura portuguesa não como um exercício reafirmador do patrismo arraigado nas décadas iniciais do século XX, mas, exatamente o contrário, como ato de resistência a uma dicção histórica exclusivamente masculinista. Não citar mulheres, neste sentido, não significaria que as mulheres ali não teriam condições de atuar e interferir positivamente, mas porque o objetivo parece ultrapassar este silenciamento imposto. A mulher, no seu relato, deixa de ser objeto para se tornar figura central, porque é dela a voz autoral que conduz o leitor, é a sua perspectiva a adotada para contar esta outra história dos homens. Se antes, as mulheres foram õexcluídas da cena públicaõ (PERROT, 2009, p. 112), com a fala de Ana de Castro Osório, ela passa a ocupar o eixo centralizador da história porque produz de maneira autônoma a sua própria versão discursiva.

Se D. Sebastião reaparece como símbolo da regeneração nacional, é bom sublinhar que tal recuperação imagética não se dá pela pena masculina, mas pela feminina, numa tentativa mesmo de reescrever os passos da moderna literatura portuguesa, instigada por aquela õconcentração de força políticaõ (OSÓRIO, 1997, p. 140), em que a própria Ana de Castro Osório estaria contextualizada.

Presenças femininas e percursos feministas:

Escrita como palestra pronunciada no Centenário da Independência, em presença de um público eclético com portugueses e brasileiros, õA Mulher de Portugal e do Brasilõ constitui um dos testemunhos textuais mais efetivos de defesa de um patriotismo fincado em valores femininos. Isto porque a autora aposta numa espécie de união mística entre os dois povos de língua portuguesa, irmanados numa missão messiânica de fundo restaurador da própria ordem rática e mundial:

É principalmente a vós, senhoras brasileiras e portuguesas, que me dirijo, porque é das mulheres da nossa raça que desejo falar-vos neste momento único da História em que dois povos saídos do mesmo berço longínquo da raça se encontram fraternizando numa alvorada de esperança para um grande futuro social e civilizador (OSÓRIO, 1997, p. 37).

Já aqui, observa-se uma fala marcada por um profundo amargor, típico das gerações que vivenciaram a humilhação do Ultimatum e a violência destruidora da Primeira Guerra Mundial e suas consequências para as nações europeias. No entanto, assumindo em vários momentos aquela mesma tonalidade positiva e idealista de *o* ideal da raça na moderna literatura portuguesa, não será de todo incoerente verificar, ao mesmo tempo, uma necessidade de consolidação dos sentimentos nacionalistas mais arraigados, visando à própria afirmação do espírito desbravador, característico dos portugueses. Para isto, vale-se da figura feminina na sua mais tradicional representação imagética, a fim de despertar uma espécie de sentimento de união umbilical entre Portugal e Brasil:

A mulher, na sua fundamental função materna tem em si própria, o verdadeiro sentido da palavra *nacionalismo*, que veio alargando progressivamente através da família, de civilização em civilização, desde o limite estreito da sua primitiva caverna, em que ela foi a primeira base duma sociedade que mal se reconhecia, até ao alargamento máximo das pátrias, que se desdobram em ambições de imposição civilizadora. [...] Não se pode haver uma grande nação se não houver nas mulheres este sentimento que as faz as guardas e fiadoras das qualidades e tradições da raça; mas nas mulheres de Portugal e do Brasil ele é tão exaltado, que é difícil, encontrar outros povos que se comparem, como vamos provar com a nossa própria História (OSORIO, 1997, p. 38-39).

Ainda que a reverberação prolixa possa ser identificada, aqui, também como uma das marcas discursivas de certos pensamentos críticos do início do século XX (PEREIRA, 2010), não se pode negar que a linha de raciocínio e argumentação utilizada por Ana de Castro Osório estabelece ressonâncias com as práticas utilizadas por algumas feministas europeias, na medida em que, ao propor uma ligação inseparável entre a função fundamental da maternidade com gestos de pendor nacionalista para justificar as *o* ambições de imposição civilizadora (OSORIO, 1997, p. 38), a escritora portuguesa não deixa de reforçar a tese de que *o* maternidade espiritual e social exaltada pelos pedagogos, humanitarismo das primeiras enfermeiras ou ainda atitude filantrópica na origem do trabalho social profissional *o* constituem instrumentos que *o* estimulam a missão social das mulheres (KÄPPELI, 1994, p. 560).

Não será à toa, portanto, que, em determinado momento de sua palestra, Ana de Castro Osório insiste na presença da mulher portuguesa em obras de Assistência Social, espaço de

exposição das mais altas virtudes femininas da raça, culminando com a atuação de D. Leonor, mulher de D. João II, na criação e consolidação das instituições chamadas *As Misericórdias*. Segundo a escritora, trata-se de *uma das mais belas obras sociais que têm existido, não só em Portugal, como em todo o mundo* (OSORIO, 1997, p. 52). Em outras palavras, mesmo nos gestos menos interessados e nas atitudes mais altruístas, o ímpeto expansionista e propagador da raça portuguesa imprime-se, graças aos valores transmitidos pelas mulheres mais destacadas dos seus quadros históricos.

Neste sentido, propõe, ainda, uma simbiose entre a figura histórica pretérita e as mulheres das décadas iniciais do século XX, alimentando o mesmo fragor místico e cívico, posto que *todas as suas qualidades e os seus próprios defeitos* (OSORIO, 1997, p. 53) são sentidos e partilhados por todas as mulheres portuguesas. Assim, os ecos do passado tornam-se paradigmáticos para todas aquelas que, imbuídas com o mesmo espírito assistencialista e beneficente, são tocadas e marcadas pelos *mais altos valores morais do sexo feminino em Portugal* (OSORIO, 1997, p. 53).

Ora, esta proposição de uma mulher heroica, fincada nos valores históricos e de formação das nações, aparece reiteradamente no texto de Ana de Castro Osório, sobretudo, quando pontua algumas das mais importantes figuras dos dois países irmãos e o ímpeto de defesa das fronteiras nacionais. Do lado português, vai a autora tecendo todo um elenco de personagens conhecidas ao lado das silenciadas pela História: D. Teresa, *ã verdadeira iniciadora da nacionalidade* (OSORIO, 1997, p. 39); D. Leonor Teles, Desadeu Martins, Helena Pires, Brites de Almeida, *ã tão afamada Padeira de Aljubarrota* (OSORIO, 1997, p. 41) e D. Isabel de Castro. Dentre as brasileiras, desfilam a pernambucana D. Maria de Sousa, D. Maria César e Clara Camarão, comparada com a padeira de Aljubarrota e descrita como *uma esplêndida encarnação da mulher do povo* (OSORIO, 1997, p. 43).

Ao inferir que *as mulheres do Brasil colonial honraram a Pátria de origem e a Pátria que se ia definindo numa glória e pujança que é hoje o novo triunfo da nossa raça* (OSORIO, 1997, p. 44), Ana de Castro Osório parece investir numa representação simbiótica entre as duas nacionalidades, como se de uma apenas tratasse: a mulher oriunda e originária da raça portuguesa e seus valores repassados adiante a partir dos gestos exemplares de figuras herdeiras.

E, se nas trincheiras das invasões coloniais e das guerras históricas, bem como nas obras de assistência aos mais debilitados, a mulher portuguesa, a exemplo dos õbarões assinaladosõ (CAMÕES, 1978, p. 59), assume-se como um õvalor mais alto que se alevantaõ (CAMÕES, 1978, p. 61), não menos ocorrerá nos campos da arte e da literatura. Aqui, Ana de Castro Osório dá toda uma atenção especial não só às mulheres que produziram conhecimento escrito, mas também àquelas que foram a fonte e a matriz de saberes e obras criadas no panteão nacional.

Neste trecho, talvez o mais denso de sua palestra, Ana de Castro Osório sublinha a õpersistência das qualidades excelsas da raça através da acção femininaõ (OSORIO, 1997, p. 44), iniciando com a valorização da vivência amorosa portuguesa, a partir da trajetória de suas mulheres ilustres. Com D. Teresa de Portugal, filha de D. Afonso Henriques, e Filipe de Alsácia, seu marido, a autora de *A grande aliança* especula a origem do romance de õTristão e Iseuõ, além de reiterar outras influências amorosas em obras do ciclo cavaleiresco, como õAmadis de Gaulaõ.

E, no tocante, às paixões inflamadas e aos seus mais distintos efeitos colaterais, não poderia, é claro, deixar de destacar as presenças de D. Pedro e D. Inês e da própria Mariana Alcoforado. Afinal, como bem pondera Ana de Castro Osório, das imagens históricas às figuras efabuladas e à criadora epistolar, õo amor, quando se apodera duma alma portuguesa, é absorvente e constante como todas as manifestações de raçaõ (OSORIO, 1997, p. 45). Talvez, por isso, a autora encare as figuras históricas de D. Isabel de Avis e das filhas de D. Manuel, o Venturoso, como aquelas capazes de gerar e inspirar obras demarcadoras da própria tradição portuguesa. Foi, aliás, exatamente no contexto destas últimas, naquela õcorte da mais requintada culturaõ, que õbrilharam os talentos de Camões, Sá de Miranda, Gil Vicente e Bernardim Ribeiroõ (OSORIO, 1997, p. 46).

Herdeiras, portanto, de um espírito cultural elevado e expansionista para além-fronteiras, as mulheres portuguesas são pintadas pelas lentes de Ana de Castro Osório como as principais modeladoras e influenciadoras dos hábitos e dos costumes da raça. Não apenas são capazes de mudar os rumos da história do país, como também conseguem se manter num nível de esplendor e pureza, nos meios mais desgastados, a ponto de criar e impor uma tradição. É o caso, por exemplo, do perspicaz retrato que faz de D. Catarina de Bragança, mulher de Carlos I da Inglaterra. Segundo a escritora portuguesa, foi a soberana originária das

terras lusas que ãlevou para a corte de que era soberana o costume do chá das cinco horas, que depois a moda britânica impôs, como tradição própria, ao mundo ignorante da nossa tradição e influência (OSORIO, 1997, p. 47).

Se as mulheres atuantes na história são capazes de tamanha aventura, não o menos serão as escritoras. Nesta parte, Ana de Castro Osório recupera a relevância da Marquesa de Alorna e das mulheres inspiradoras dos grandes nomes do panteão português e espanhol (Camões, Bocage, Garrett e Tirso de Molina), como influências incisivas na ãformação de diversas épocas da verdadeira cultura literária (OSORIO, 1997, p. 48). Mas, para além do seu caráter formador, não esquece a capacidade criadora das mulheres escritoras, quando afirma de maneira assertiva que, tal qual os mais altos valores culturais da terra, há a ãliteratura verdadeiramente feminina, que é suficiente para manter o nosso país à altura dos mais cultos (OSORIO, 1997, p. 48).

Ou seja, nesta concepção de Ana de Castro Osório, ao contrário do que apontara em ãO ideal da raça na moderna literatura portuguesa, a galeria artística da tradição literária nacional é formada também por uma parcela expressiva e significativa de mulheres escritoras, e elas seriam as responsáveis pela equiparação igualitária do seu país, em termos de produção cultural, em relação aos demais países das esferas europeia e mundial. Nesta sequência lógica, portanto, não seria possível pensar Portugal sem mencionar e referendar toda uma trajetória de projetos de escrita de autoria feminina. Não será à toa, neste sentido, que, no momento de elencar as áreas de intervenção destas personagens, a autora venha a afirmar:

Desejaria poder aqui enumerar todas as que em Portugal têm erguido bem alto a honra do nosso nome, como escritoras, artistas, eruditas e propagandistas, como educadoras, como agricultoras, como comerciantes, como operárias...

Não me é possível fazê-lo, tão grande seria a lista de nomes a lembrar (OSORIO, 1997, p. 49).

Vale sublinhar, aqui, que, se de Portugal, a escritora menciona as artes e os ofícios sem especificar nomes, quando fala destas mesmas qualidades no Brasil, desfila todo um elenco de participantes ativas nas mais diferentes esferas de atuação do contexto oitocentista brasileiro. Assim, Julia Lopes de Almeida, ãa grande romancista (OSORIO, 1997, p. 49); Nísia Floresta Augusta, a ãprimeira feminista do Novo-Mundo (OSORIO, 1997, p. 49) porque foi ãa primeira mulher que na América escreveu sobre os direitos femininos (OSORIO, 1997, p. 49); Berta Lutz,

Albertina Berta, Adrandina de Oliveira, Maria Lacerda de Moura, Zilah Monteiro, Walkiria Neves e Gilka Machado, além de outros nomes destacados, constituem o conjunto brilhantíssimo (OSORIO, 1997, p. 49) que caracterizaria a intervenção feminina/feminista no universo de língua portuguesa. São elas que, de acordo com Ana de Castro Osorio, objetivam um projeto de trabalhar pela Pátria, trabalhando pela elevação e progresso do seu sexo (OSORIO, 1997, p. 50).

Percebe-se, portanto, nesta iniciativa de listagem de nomes e de funções uma espécie de criação de laços estratégicos de uma aliança, seja pelo viés da irmandade cívico-linguística (já que se trata de dois universos com uma língua comum), seja pela ligação ideológica de defesa de um pendor visivelmente feminista. Daí, a conclusão da autora, que nos sugere este possível caminho de leitura:

Unidas pelos mesmos sentimentos, pela mesma origem, pela língua e pelo mesmo ideal de grandeza e imposição da raça, é necessário que para o futuro a aliança das mulheres portuguesas e brasileiras seja profunda e indestrutível para o triunfo do nosso sangue como para a grandeza das nossas Pátrias irmanadas (OSORIO, 1997, p. 51).

Aqui, Ana de Castro Osório vale-se de uma terminologia extremamente ligada aos ideais e às lutas feministas do século XIX, posto que as estratégias e as alianças de união e comunhão constituíram os mais fortes elementos de intervenção das ativistas pioneiras na Europa (KÄPPELI, 1994). Não me parece gratuito, portanto, que um dos textos mais conhecidos de Ana de Castro Osório se chame exatamente *A Grande Aliança* e este, por sua vez, inicie com uma invocação em que o primeiro pensamento deve ser para os ausentes (OSORIO, 1997, p. 15).

Fico a me interrogar, portanto, se, no texto aqui analisado, não terá a autora chamado a atenção exatamente para aquelas que, nas perspectivas dos discursos históricos oficiais, sempre se enquadraram nesta categoria de ausência: as mulheres portuguesas e brasileiras. Neste sentido, não seria possível ler, a partir de uma estratégia autorreferencial muito bem urdida, uma intencionalidade feminista da autora ao recuperar tantos nomes do silenciamento imposto por uma lógica patriarcal? Não serão as qualidades aqui destacadas as mesmas reivindicadas pelas intervenções das primeiras investidas feministas europeias?

Se, realmente, a virtude feminina maternal confunde-se assim com a virtude cívica (KÄPPELI, 1994, p. 562), como nos faz crer Anne-Marie Kappeli, quando argumenta sobre

as cenas feministas do século XIX, então, gosto de pensar que este mesmo procedimento coloca Ana de Castro Osório em plena sintonia com tais posturas, posto que, em ãA mulher de Portugal e do Brasilö, a última seção é dedicada à ãinfluência da mãe na raça portuguesaö (OSORIO, 1997, p. 56).

Observa-se um lastro do pensamento messiânico de germinação da raça portuguesa, a quem estariam destinadas a expansão e a dominação mundial: ãAs mães do povo português [...] vêm partir os seus filhos, às vezes crianças ainda, para a grande luta do trabalho que é a colonização deste grande mundo, pequeno para as aspirações da nossa raçaö (OSORIO, 1997, p. 56). Ou seja, há, na investida da autora de *Infelizes*, um projeto de intervenção cívica que uniriam as mulheres dos dois universos lusófonos em nome da propagação, da afirmação e da imposição do ãnome português na expansão da [nossa] raça ajudando a criar e manter uma civilização que tanto [nos] deve e [de nós] espera um novo esforçoö (OSORIO, 1997, p. 57).

A inflamação do discurso assertivo pode até ser lido como uma das consequências do cenário pós-Ultimatum e efervescente da emergência republicana, marcado, de acordo com José Carlos Seabra Pereira, pela prevalência de um ãcariz nacionalista e tradicionalista da representação literária de Portugalö e pela dicção quase que obrigatória de uma ãretórica da voz ressonante e reiteranteö (PEREIRA, 2010, p. 4). Daí que toda a carga semântica de termos qualificadores utilizados por Ana de Castro de Osório permite uma identificação do seu pensamento à carga neo-romântica de ultravalorização dos atributos nacionais e nacionalistas, colocados sempre sob o crivo da influência e da intervenção femininas/feministas, como bem atesta uma das afirmações mais categóricas em defesa da simbiose entre mulher, terra e pátria:

A mulher tem a função fundamental de guarda das qualidades e tradição da raça. Como a terra, ela é fixadora e o reservatório de todas as energias raciais, mormente dum povo como o nosso que aprendeu cedo o caminho aventuroso da navegação, da conquista e da colonização emigradora (OSÓRIO, 1997, p. 58).

De um modo geral, expressões como ãliça valorosaö, ãheroísmo portuguêsö, ãresignação heroicaö, ãimposição orgulhosaö, ãperseverança nas tradições heroicas da raçaö, ãtragédia gloriosaö, ãmais alta expressão da grandeza do povo portuguêsö, ãfilhos heroicos do povo portuguêsö, ãmissão sentimentalö, dentre outras, acentuam este caráter vigorosamente valorativo de um pensamento messiânico e utópico, corroborando a posição de Ana de Castro Osório dentro deste contexto cultural. No entanto, se, por um lado, a exacerbação neo-

romântica deste texto coloca a sua autora em sintonia com todo o cenário epocal de inflamação de ideias nacionalistas ó sem esquecer, é claro, a própria natureza do evento onde ela profere tal palestra, o Centenário da Independência do Brasil ó, por outro, não se poderá negar que tal investida também evidencia o fato de que a produção de Ana de Castro Osório estaria inserida naquilo que José Carlos Seabra Pereira irá chamar de ògrande novidade na sociologia da cultura que é o vasto e polifacetado surto de literatura de autoria femininaö (PEREIRA, 2010, p. 5).

Ou seja, ao lado de outras escritoras componentes desta nova aurora criadora (que contaria com nomes como os de Florbela Espanca, Judith Teixeira e Irene Lisboa, por exemplo), a postura de Ana de Castro Osório não deixa de reiterar, para além deste òpolifacetado surtoö, a germinação de uma postura autenticamente feminista, dentro daquilo que o seu contexto epocal entendia.

Basta verificar, neste sentido, que aquela aliança estabelecida entre a vocação maternal e a missão cívica emerge de maneira evidente na conclusão do seu texto, designando cada uma das categorias femininas e suas responsabilidades específicas. Diz-nos a escritora portuguesa:

À mulher portuguesa coube o papel de defensora e guarda das qualidades da raça. É ela que cultiva a terra na ausência do homem, é ela que mantém com energia a dignidade da família, é ela que conserva as indústrias regionais, que lida e que trabalha e que administra com inteligência os bens do casal, que tantas vezes o marido abandona em demanda doutros países, que a sua ambição mal enxerga e a sua ânsia de se expandir o faz procurar afanosamente.

À mulher brasileira cabe o papel de fixadora e continuadora dessas qualidades, estando-lhes reservado o papel de companheira dos homens que hão-de fazer a penetração intensa do solo para que o Brasil seja a verdadeira terra prometida da humanidade de amanhã (OSORIO, 1997, p. 58-59).

Da defesa e guarda à fixação e continuação dos diferentes valores da raça lusa, às mulheres dos dois países aliançados é dada a responsabilidade de propagação expansionista e de consolidação utópica. A seu modo, a escritora portuguesa investe num gesto a que poderíamos chamar de um feminismo messiânico, muito próximo de certas cenas feministas europeias (KÄPPELI, 1994), na medida em que, dentro dos contextos lusófonos do entre séculos XIX-XX, parece ela também investir num òesforço geral de desenvolvimento de uma sociedade republicana e igualitáriaö (KÄPPELI, 1994, p. 550).

Diante destas atribuições, ainda que se possa olhar, hoje, com uma certa reticência, o tom inflamado das considerações de Ana de Castro Osório, é preciso frisar que a aposta sobre uma aliança feminina/feminista parece ser a solução encontrada pela autora para a questão da degeneração da raça lusa, e, conseqüentemente, o papel messiânico das mulheres na manutenção de valores mais altos num cenário de decadência e dúvida.

Gosto de pensar, por isso, que a autora de *A Grande Aliança* pode ser lida, sim, numa clave de pioneirismo dentro daquela categoria que ela própria irá designar de *õverdadeira literatura feminina*, e (acrescento) com fortes ressonâncias feministas, capazes de colocá-la num patamar de iniciadora, germinadora e disseminadora destas ideias tanto em solo português, quanto em território brasileiro. Acredito que ainda seja prematuro tirar qualquer conclusão, mas, para já, adianto uma certa inquietação minha em procurar interrogar o porquê do silêncio sobre esta figura tão marcante e tão paradigmática nos cenários oitocentista e novecentista portugueses.

Só o tempo poderá afirmar ou negar as minhas intenções. Espero que ele seja complacente, se não comigo, pelo menos com esta escritora paradigmática na defesa de uma literatura feminina/feminista, que é Ana de Castro Osório.

Referências

- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Trad. José Carlos Martins Barbosa; Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CAMÕES, Luis de. *Os Lusíadas*. Porto: Figueirinhas; Rio de Janeiro: Padrão Livraria Editora, 1978. Edição organizada por António José Saraiva.
- DAL FARRA, Maria Lúcia. Florbela, a Inconstitucional. In: ESPANCA, Florbela. *Afinado desconcerto* (Contos, cartas, diários). Estudo introdutório, apresentações, organização e notas de Maria Lucia Dal Farra. São Paulo: Iluminuras, 2002.
- FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. *História das Mulheres: o século XIX*. Trad. Maria Helena da Cruz Coelho *et alii*. Porto: Afrontamento, 1994.
- KÄPPELI, Anne-Marie. Cenas feministas. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. *História das Mulheres: o século XIX*. Trad. Maria Helena da Cruz Coelho *et alii*. Porto: Afrontamento, 1994, p. 541-580.
- OSÓRIO, Ana de Castro. *A Grande Aliança*. Organização e prefácio de Fernando Vale. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- PEREIRA, José Carlos Seabra. O tempo republicano da literatura portuguesa. *Colóquio Letras 175*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010 (Separata).

PERROT, Michelle. História (sexuação da). In: HIRATA, H; LABORIE, F; LE DOARÉ, H; SENOTIER, D. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 111-116.

ROCHA, Clara. *Revistas literárias do século XX em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985.

SALVADOR, Teresa. Em torno dos periódicos femininos. *Cultura*, Revista de História e Teoria das Ideias, v. 26, 2009, p. 95-117. Disponível em: <<http://cultura.revues.org/425>>. Acesso em 02 ago. 2017.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 63-95.

SENA, Jorge de. *Estudos de Literatura Portuguesa III*. Lisboa: Edições 70, 1988.

TAVARES, Manuela. *Feminismos: percursos e desafios (1947-2007)*. Porto: Texto, 2011.

VAQUINHAS, Irene. *ãSenhoras e mulheresã na sociedade portuguesa do século XIX*. Lisboa: Colibri, 2011.

WALKOWITZ, Judith R. Sexualidades perigosas. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. *História das Mulheres: o século XIX*. Trad. Maria Helena da Cruz Coelho *et alii*. Porto: Afrontamento, 1994, p. 403-442.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Trad. Bia Nunes de Sousa e Glauco Mattoso. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

ãA truly feminine literatureö: Ana de Castro Osório and the germination of feminist thought in Portugal in the 19th century

Abstract: The present essay aims to reflect on the intellectual performance of the writer Ana de Castro Osório (1872-1935) in the dissemination of a female literature in Portugal, beginning in the late nineteenth and early twentieth centuries, taking into account not only its dramatic and literary production for childhood, but, above all, its public interventions in the form of lectures and conferences. According to the aspects of feminist scenes in the late nineteenth century context, as pointed out by Genevieve Fraisse and Michelle Perrot (1994) and Anne-Marie Käpelli (1994), we aimed to demonstrate how the Portuguese writer produced texts in harmony with many of these ideological and artistic elements, contributing it also for the consolidation of a "truly feminine literature," as Ana de Castro Osório herself referred to. In our perspective, positive results in this way of reading are perceptible in two texts of her, originally written as lectures and here used as *corpus* of analysis.

Keywords: Feminine literature. Feminist scenes. Nineteenth Century. Ana de Castro Osório.

Recebido em: 06 de setembro de 2017.

Aprovado em: 30 de setembro de 2017.